

Saepar Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, no bairro Centro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Rede D’Or São Luiz S.A. (Rede D’Or).

A Rede D’Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 10/03/2025, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As práticas contábeis da Companhia foram definidas considerando que esta é controladora direta de uma entidade supervisionada pela SUSEP.

Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 04 do CPC 36 (R3), destacando-se que sua controladora direta Rede D’Or apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 29/04/2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.2.2. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mensurados ao custo amortizado” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e contabilizados pelo valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e
- O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital) está registrado no patrimônio líquido.

3.4. Redução ao valor recuperável

3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

3.4.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

3.7. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Trabalhistas

Toda ação trabalhista é classificada como relevante devido aos pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia. Em razão do acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 10,79% ao ano (10,65% em 2023).

As provisões para processos judiciais trabalhistas estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano.

3.7.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conformidade com a legislação vigente.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.9. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 5), ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 7) e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos (nota 11).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

3.10. Normas emitidas e revisadas

3.10.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

- CPC 50 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; e

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

4. Gestão de riscos

Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros.

5. Aplicações

5.1. Composição das aplicações

2024							
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva / contábil		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	278.841	276.367	-		276.367
Debêntures	-	-	278.841	276.367	-		276.367
Pós-fixado CDI +	-	-	-	-	-	CDI+5,03%a.a.	21.977
Cotas de fundos de investimentos	21.977	21.977	-	-	-		21.977
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	-	-	-	-	-		-
(a)	21.977	21.977	-	-	-		21.977
Subtotal	21.977	21.977	278.841	276.367	-		298.344
Percentual total - contábil		7,37%		92,63%	0,00%		100,00%
Total							298.344
Circulante							298.344

2023							
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva / contábil		
Cotas de fundos de investimentos	9.401	9.401	-	-	-		9.401
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	-	-	-	-	-		-
(a)	9.401	9.401	-	-	-		9.401
Subtotal	9.401	9.401	-	-	-		9.401
Percentual total - contábil		100,00%		0,00%	0,00%		100,00%
Total							9.401
Circulante							9.401

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Total
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Saldo em 01/01/2023	6.079	-	6.079
Aplicações	31.462	-	31.462
Rendimentos resgate	(645)	-	(645)
Principal resgate	(27.983)	-	(27.983)
Resultado financeiro	488	-	488
Saldo em 31/12/2023	9.401	-	9.401

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2023	9.401	-	9.401
Aplicações	380.862	275.642	656.504
Rendimentos resgate	(2.452)	(17.994)	(20.446)
Principal resgate	(368.386)	(113)	(368.499)
Resultado financeiro	2.552	21.193	23.745
Ajuste a valor de mercado	-	(2.361)	(2.361)
Saldo em 31/12/2024	21.977	276.367	298.344

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações

As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando:

- (i) Value at Risk (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Após nossas análises as sensibilidades foram imateriais.

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição.

Em 31/12/2024 e 2023 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos não exclusivos:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	2024
Descrição	Nível 2
Ativos financeiros	
Valor justo por meio do resultado	21.977
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	276.367
Total	298.344

	2023
Descrição	Nível 2
Ativos financeiros	
Valor justo por meio do resultado	9.401
Total	9.401

6. Títulos e créditos a receber

Descrição	2024	2023
Créditos tributários e previdenciários (nota 7)	26.976	14.566
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	50.359	9.399
Depósitos judiciais e fiscais (nota 11.1)	2.357	1.734
Outros	30	31
Total	79.722	25.730
Circulante	66.437	14.987
Não circulante	13.285	10.743

7. Créditos e débitos tributários diferidos

7.1. Créditos e débitos tributários

Descrição	2024	2023
Tributos a compensar/recuperar (nota 7.2)	24.306	12.802
Créditos tributários (nota 7.3)	2.670	1.764
Total	26.976	14.566
Circulante	16.048	5.557
Não circulante	10.928	9.009

7.2. Tributos a compensar/recuperar

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	23.733	12.384
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	560	405
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1	1
Outros	12	12
Total	24.306	12.802
Circulante	16.048	5.557
Não circulante	8.258	7.245

7.3. Movimentação dos tributos diferidos

As tabelas abaixo demonstram os tributos diferidos e as respectivas movimentações nos períodos:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2023
Ativo				
Prejuízos fiscais	17	-	-	17
Base negativa de contribuição social	6	-	-	6
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.360	(35)	-	1.325
Provisões indedutíveis	312	(312)	-	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	384	-	32	416
Outros	106	(106)	-	-
Total de ativo fiscal diferido	2.185	(453)	32	1.764
Passivo				
Atualização de depósitos judiciais	(4)	4	-	-
Arrendamento (IFRS 16)	(93)	93	-	-
Total de passivo fiscal diferido	(97)	97	-	-
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	2.088	(356)	32	1.764
Efeito patrimônio líquido			32	32

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Ativo				
Prejuízos fiscais	17	-	-	17
Base negativa de contribuição social	6	-	-	6
Provisão para contingências e obrigações fiscais	1.325	183	-	1.508
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	416	-	(79)	337
Perda com ajuste a valor justo	-	-	802	802
Total de ativo fiscal diferido	1.764	183	723	2.670
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	1.764	183	723	2.670
Efeito patrimônio líquido			723	723

Em 31/12/2024, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2025	100%	100%
Total	100%	100%

As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	45.799	11.450
Diferenças temporárias - CSLL	21.654	1.949
Total	67.453	13.399

8. Participações societárias

Em 31/12/2024 e 2023, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Traditio Companhia de Seguros	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Total
Saldo em 01/01/2023	1.764.063	40.676	1.804.739
Aumento de capital (b)	-	6.000	6.000
Ajustes de Práticas Contábeis	11.074	-	11.074
Ganho (perda) de capital	38	(1)	37
Dividendos intermediários	(8.796)	-	(8.796)
Juros sobre capital próprio a receber	(4.856)	-	(4.856)
Dividendos obrigatórios	(9.399)	-	(9.399)
Equivalência patrimonial (a)	94.220	(3.668)	90.552
Transação de capital	(181)	-	(181)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.536	-	14.536
Saldos em 31/12/2023	1.860.699	43.007	1.903.706
Aumento de capital (b)	1	-	1
Aumento de capital com dividendos (b)	5.748	-	5.748
Compra de ações	-	3.927	3.927
Ganho (perda) de capital	(1)	-	(1)
Dividendos intermediários	(36.499)	-	(36.499)
Juros sobre capital próprio	(59.245)	-	(59.245)
Equivalência patrimonial (a)	290.394	2.612	293.006
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.109)	-	(7.109)
Ajustes de práticas contábeis (d)	(17.460)	-	(17.460)
Transação de capital (c)	13.179	-	13.179
Saldo em 31/12/2024	2.049.707	49.546	2.099.253

- (a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia, registrada na rubrica "Resultado patrimonial", contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário. A rubrica "Resultado patrimonial" contempla ainda outras receitas patrimoniais, líquidas de outras despesas patrimoniais;
- (b) Em 13/12/2024 a Companhia aumentou o capital da TRADITIO, em dinheiro e saldo de dividendos, no montante de R\$ 5.749, com emissão de 5.617 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1.023,40 (reais) por ação. Em 31/10/2023 a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$ 6.000, com emissão de 71.300 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 84,15 (reais) por ação.
- (c) Refere-se à aprovação da transferência de controle societário da SAHIN para a família Moll. A transferência envolveu a extinção do usufruto em favor da Emabe Participações S.A. e a constituição de novo usufruto em favor da FM Holding Financeira S.A., controlada pela família Moll; e
- (d) Reflexo da adoção inicial Circular SUSEP nº 678/2022.

2024

Descrição	Docway		Total
	Tradição Companhia de Seguros	Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	
Ativo	8.274.105	53.049	8.327.154
Passivo	690.307	20.221	710.529
Patrimônio líquido	7.583.798	32.828	7.616.626
Receita líquida	(8.220)	58.722	50.502
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	1.078.334	7.119	1.085.453
Percentual de participação (%)	26,93%	100,00%	-
Valor contábil do investimento	2.042.294	32.828	2.075.122
Ágio	7.413	16.718	24.131
Quantidade de ações ordinárias	1.968.117	357.145	-

2023

Descrição	Docway		Total
	Tradição Companhia de Seguros	Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	
Ativo	7.399.693	36.267	7.531.374
Passivo	517.752	6.061	488.912
Patrimônio líquido	6.881.941	30.205	7.042.463
Receita líquida	(22.793)	42.185	19.392
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	348.201	(4.125)	439.490
Percentual de participação (%)	26,93%	91,21%	-
Valor contábil do investimento	1.853.286	27.551	1.880.837
Ágio	7.413	15.456	22.869
Quantidade de ações ordinárias	157	325.757	-

9. Contas a pagar

9.1. Obrigações a pagar

Descrição	2024	2023
Obrigações fiscais (Nota 11.2)	424	432
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	62.714	22.947
Demais	1.158	1.269
Total	64.296	24.648
Circulante	63.872	24.216
Não circulante	424	432

9.2. Impostos e encargos sociais a recolher

Descrição	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.399	327
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.154	130
Contribuições PIS e COFINS	5.671	456
Contribuição INSS	-	158
Outros	54	43
Total	24.278	1.114
Circulante	24.278	1.114

10. Partes relacionadas

10.1. Transações

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	1.821	1.181
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3	4	25	12
Traditio Companhia de Seguros (a)	Coligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	50.359	9.399	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	15	-
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	15	75
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	26	-
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	32	-
Rede Do'r São Luiz S.A. (a)	Controladora direta	Outros	-	-	62.714	22.947
Total			50.362	9.403	64.648	24.215

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2024	2023	2024	2023
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	Coligada	Traditio Companhia de Seguros	-	-	(158)	-
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (b)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(193)	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(3)	(9)
Total			-	-	(354)	(9)

- (a) Referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
(b) Refere-se à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(c) Refere-se referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
(d) Referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; e
(e) Referente ao seguro saúde a funcionários da Companhia.

Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Dividendos e JCP recebidos		Dividendos e JCP pagos	
	2024	2023	2024	2023
Rede D'Or São Luiz S.A.	-	-	-	771
Traditio Companhia de Seguros	40.150	12.924	-	-
Total	40.150	12.924	-	771

11. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

11.1. Depósitos judiciais

Descrição	2024	2023
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	2.357	1.734
Total	2.357	1.734
Não circulante	2.357	1.734

11.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas:	3.463	1.015	290	(1.303)	3.465
Circulante	359				457
Não circulante	3.104				3.008
Tributárias (a):					
Outras ações tributárias	112	-	(16)	(96)	-
Honorários	426	-	6	-	432
Subtotal	538	-	(10)	(96)	432
Não circulante	538				432
Total	4.001	1.015	280	(1.399)	3.897
Circulante	359				457
Não circulante	3.642				3.440

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas:	3.465	469	392	(312)	4.014
Circulante	457				230
Não circulante	3.008				3.784
Tributárias (a):					
Honorários	432	-	(8)	-	424
Subtotal	432	-	(8)	-	424
Não circulante	432				424
Total	3.897	469	384	(312)	4.438
Circulante	457				230
Não circulante	3.440				4.208

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2024 são de R\$ 424 (R\$ 432 em 2023), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 9.1).

11.3. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2024 e 2023 são:

CSLL

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de indébitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

11.4. Contingências

Em 31/12/2024 e 2023, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2024	2023
Fiscais (a)	19.944	18.744
Trabalhistas	164	869
Total	20.108	19.613

(a) Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, a parcela não provisionada, no valor de R\$ 19.944 (R\$ 18.744 em 2023) é composta, principalmente, por compensações não homologadas pela Receita Federal.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2024, é de R\$ 1.477.019 (R\$ 1.232.047 em 2023), representado por 4.196 (3.765 em 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2023, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 991, com a emissão de 2 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 495.548,27 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a conversão de créditos de titularidade da acionista constituídos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 1.231.056 para R\$ 1.232.047.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/08/2024, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 23.304, com a emissão de 41 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 568.378,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a utilização de créditos relativos ao dividendo obrigatório declarado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024 e parte mediante utilização de créditos relativos do dividendo intermediário declarado na Reunião da Diretoria realizada em 13 de agosto de 2024, passando o capital social de R\$ 1.232.047 para R\$ 1.255.351.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/08/2024, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 221.668, com a emissão de 390 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 568.378,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a conversão de créditos de titularidade da acionista constituídos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 1.255.351 para R\$ 1.477.019.

12.2. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

12.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

12.4. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

12.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Em 30/04/2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R\$ 23.718, ao qual foi imputado o dividendo intermediário declarado em Reunião da Diretoria realizada em 22/12/2023, restando um saldo a pagar de R\$ 22.947, a serem pagos a partir daquela data à razão de R\$ 6.094,81 (em reais).

Em 13/08/2024, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 357, à razão de R\$ 94,71 (em reais) por ação a serem pagos a partir daquela data.

12.6. Distribuição do resultado

Em 31/12/2024, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Lucro antes dos impostos	306.833	89.229
(-) Impostos e contribuições	(23.812)	(670)
(-) Participações	-	-
Lucro/prejuízo líquido do exercício	283.021	88.559
(+) Distribuição efeito da reversão da combinação e outros ajustes	(17.460)	11.305
Lucro líquido após ajustes	265.561	99.864
Constituição da reserva legal (5%)	(13.278)	(4.993)
Lucro líquido ajustado	252.283	94.871
Dividendos obrigatórios:		
25% do lucro líquido ajustado	63.071	23.718
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	357	771
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	62.714	22.947
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	189.212	71.153

13. Detalhamento das contas de resultado

13.1. Despesas administrativas

Descrição	2024	2023
Pessoal próprio	(1.540)	(1.006)
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais	(800)	(1.423)
Depreciação e amortização	(2)	(412)
Doações e patrocínios	(961)	-
Outras	(22)	(34)
Total	(3.325)	(2.875)

13.2. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	23.745	488
Valor justo por meio do resultado	2.552	488
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21.193	-
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(254)	384
Despesas de juros sobre capital próprio	(5.480)	(449)
Outros	(472)	1.000
Total	17.539	1.423

13.2.1. Receitas financeiras

Descrição	2024	2023
Valorização de quotas de fundos de investimentos	918	488
Títulos de renda fixa - Privados	22.837	-
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	137	122
Outras	1.301	1.115
Total	25.193	1.725

13.2.2. Despesas financeiras

Descrição	2024	2023
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(10)	262
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(391)	262
Despesas de juros sobre capital próprio	(5.480)	(449)
Outras	(1.773)	(115)
Total	(7.654)	(302)

14. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o semestre em 31/12/2024 e 2023 são compostas como segue:

Descrição	2024	2023
Diferido:		
Imposto de renda	135	(262)
Contribuição social	49	(94)
Corrente:		
Imposto de renda	(17.364)	(282)
Contribuição social	(6.632)	(32)
Total	(23.812)	(670)

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2024 e 2023, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2024	2023
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	306.833	89.229
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(104.323)	(30.338)
Diferencial da alíquota da contribuição social	-	-
Alíquota nominal	34%	34%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	99.622	30.788
Juros sobre o capital próprio	(20.143)	(1.651)
Atualizações de depósitos judiciais	-	3
Apuração de indébito tributário (Ação SELIC)	304	364
Apuração de indébito tributário (Ação PAT)	105	-
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	-	40
Outros	623	124
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(23.812)	(670)
Alíquota efetiva	7,76%	0,75%

15. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento

Conforme descrito na nota 12.1, a Companhia aumentou seu capital social com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante utilização de créditos relativos do dividendo intermediário no montante de R\$ 23.304.